



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
COMITÊ INTERFEDERATIVO - CIF

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às quatorze horas e trinta minutos, no Auditório nº 2 do Ibama Sede – Brasília/DF, teve início a 19ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo sobre o Desastre de Mariana/MG. Verificado o quórum regulamentar (lista de presença anexa), a Presidente do CIF cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos, solicitando a apresentação dos presentes. Inicialmente, o Secretário-Executivo do CIF informou sobre dois pedidos de inversão de pauta, devidamente justificados por motivos de agenda dos coordenadores de Câmaras Técnicas. O primeiro foi referente à CTEI, que antecipará a apresentação para o primeiro dia e a CT-ECL apresentará no segundo dia de reunião. A segunda solicitação foi feita pela CT-FLOR, que apresentará breve informes gerais após a apresentação da CT-SHQA. Prosseguindo nos informes, o Secretário-Executivo do CIF solicitou as indicações dos Estados de MG e ES para composição do Núcleo de Apoio Financeiro e Orçamentário e Suporte à Auditoria – NAF, destacando que a ANA e o Ibama já formalizaram as suas indicações. A representante da SEAMA informou que formalizará a indicação até a próxima semana. A Presidente do INDI informou que haverá reunião na Casa Civil nesta semana e os nomes serão indicados em breve. O Secretário-Executivo do CIF continuou com os informes e comunicou que, seguindo encaminhamento da reunião passada, a próxima reunião do CIF será realizada nos dias 20 e 21 de novembro, em Brasília. Portanto, reservou a sala nº 97 do Palácio do Planalto, diante da indisponibilidade dos auditórios do Ibama e da ANA nessa data. Todos de acordo, confirmada a 20ª Reunião Ordinária do CIF para o 4º andar do Palácio de Planalto. A Presidente do CIF apontou para a necessidade de confirmação antecipada da presença dos participantes, para envio da lista à Presidência da República, por motivos de segurança. O Secretário-Executivo do CIF relatou quatro pedidos extra pauta. Primeiramente, três representantes das associações de pescadores capixabas solicitaram cinco minutos para tecerem considerações sobre o PIM antes da apresentação da CTOS, os quais forneceram a ata de reunião realizada posteriormente à Deliberação nº 93, onde constaria suposta negativa de cadastro das regiões contempladas pela Deliberação nº 58. A segunda solicitação foi feita pela representante da SEMAD, para realização de reunião intercâmaras. O terceiro requerimento versou sobre o Fórum de Prefeitos, a pedido do Prefeito de Mariana e do Secretário da SEAPA. Por último, a CTEI solicitou que fosse votada a proposta de deliberação sobre os tanques suspensos, conforme encaminhamento da última reunião do CIF, cujos documentos foram enviados aos membros posteriormente à publicação da pauta. Todos de acordo. A representante da SEMAD informou que, a partir de conversas internas no SISEMA, entre o IEF e o IGAM, chegou-se à conclusão que deveria ser promovida reunião intercâmaras com as Câmaras Técnicas CT-BIO, CTEI, CT-SHQA e CT-Saúde, sobre a questão da pesca e o impacto da limpeza programada dos reservatórios das UHEs Baguari e Aimorés, para consulta dos respectivos coordenadores e alinhamento das providências, visto que afetará a ictiofauna e, conseqüentemente, a atividade pesqueira. Comunicou que o objetivo será a discussão e elaboração de estratégia e planejamento técnico das ações, ressaltando que Belo Horizonte seria o local mais apropriado para a reunião. A coordenadora da CT-SHQA ressaltou que essas reuniões eram corriqueiras para esse tipo de ação anteriormente ao desastre e que provavelmente a área técnica de reservatórios da ANA participará dessa reunião, solicitando que a CT-Rejeitos também participe. A SECEX organizará a reunião intercâmaras. Assunto seguinte, o Secretário da SEAPA fez informes sobre o 2º Fórum Permanentes de Prefeitos do Rio Doce, organizado pelos representantes dos municípios atingidos mineiros e contando com a presença de mais de trinta Prefeitos. Relatou que o Governador de MG participou do Fórum, assim como representantes do INDI e da SEMAD, e ressaltou que os Prefeitos

Assy

51 demonstraram impaciência e desconhecimento sobre as ações realizadas, desejando maior efetividade
52 e com grandes expectativas relativas ao saneamento e ao ressarcimento. Em seguida, comunicou que,
53 para atender as demandas dos Prefeitos, o Governo de MG criou uma Secretaria Executiva para
54 facilitar a comunicação com as prefeituras sobre o andamento dos trabalhos do CIF, a qual estará
55 ligada diretamente ao INDI, sendo composta por quatro servidores, os quais farão a interlocução com
56 os trinta e cinco prefeitos de MG. Foi entregue cartilha relativa à criação da SECEX/MG. Após
57 questionamento, foi esclarecido que o Escritório dos Prefeitos, pleiteado na reunião passada, e a
58 SECEX/MG são iniciativas diferentes, mas com trabalho conjunto. O Prefeito de Mariana mencionou
59 que após reunião com a Renova, foi definido que inicialmente o Escritório teria apenas dois
60 servidores, os quais estariam à disposição integral do Prefeitos para eventuais orientações sobre o
61 funcionamento do TTAC. O Prefeito de Mariana fez breve resumo do evento, destacando que os
62 Prefeitos solicitaram reunião do CIF para tratar especificamente sobre as demandas das prefeituras.
63 Os trinta e cinco Prefeitos também gostariam de participar da próxima reunião do CIF. Apesar da
64 reunião do CIF ser aberta ao público, caso todos os gestores dos municípios confirmem presença, será
65 necessária a reserva de auditório com maior capacidade de lotação para viabilizar a participação de
66 todos. O Prefeito de Mariana fez leitura integral das três cartas assinadas pelos Prefeitos durante o
67 Fórum. A primeira versou sobre a destinação de um bilhão de reais, os quais seriam divididos
68 proporcionalmente entre os municípios atingidos que apresentem projetos e propostas de utilização
69 dos recursos de cunho compensatório, descontados dos valores a serem aplicados pela Renova até o
70 ano de 2019, perfazendo o total de quatro bilhões de reais. O segundo ofício solicitou à CT-SHQA o
71 envio dos cronogramas de todas as ações do Programas Tratamento de Esgoto e de Resíduos Sólidos,
72 e à CTEI o encaminhamento do estudo das perdas econômicas dos municípios afetados pelo
73 rompimento da Barragem de Fundão. Na terceira carta, os Prefeitos manifestaram concordância com
74 o conteúdo da NT da CTEI acerca dos agentes financiadores, demonstrando o interesse na atuação
75 conjunta com o BANDES e o BDMG na gestão de projetos de saneamento visando a restauração do
76 rio Doce. A SECEX enviará as propostas para análise de todas as CTs. A Presidente do CIF ressaltou
77 que os recursos serão aplicados em projetos aprovados no âmbito do TTAC e que não podem ser
78 simplesmente distribuídos entre os municípios. O prefeito de Mariana ressaltou que os Prefeitos estão
79 cientes do papel do CIF em relação à aprovação dos projetos. A SECEX providenciará o agendamento
80 das datas em novembro ou dezembro para realização de dois seminários com os Prefeitos, um em
81 Mariana/MG e o outro em Regência/ES. A Presidente do CIF enalteceu a relevância da presença dos
82 coordenadores ou suplentes das CTs para apresentarem as principais ações realizadas e os desafios
83 futuros, em formato similar ao Seminário Rio Doce realizado em Brasília no final de agosto, para
84 elucidação das dúvidas dos Prefeitos. O Secretário da SEAPA sugeriu que o formato das
85 apresentações enfatize os benefícios das ações vindouras. A Presidente do CIF sugeriu que o
86 seminário não seja voltado apenas aos Prefeitos, mas também para as lideranças locais. O Prefeito de
87 Rio Doce sugeriu a apresentação das iniciativas concretas aos Prefeitos acerca das questões relativas
88 ao saneamento, destacando que a Renova iniciou o trabalho de consolidação dos relatórios com as
89 ações em cada município. A representante da SEMAD sugeriu que os reassentamentos de Bento
90 Rodrigues e Paracatu de Baixo também sejam pautados nesses seminários. A Presidente do CIF
91 concordou com os temas destacados mas ressaltou que os coordenadores das CTs pautarão os
92 principais pontos a serem apresentados nos seminários. O prefeito de Rio Doce mencionou que o
93 Prefeito de Barra Longa relatou três problemas no Fórum de Prefeitos, relativos à erosão na entrada
94 da cidade, aos entraves acerca do novo campo de futebol e ao processo de reassentamento de Gesteira.
95 A SECEX solicitará ao Prefeito de Barra Longa a formalização das preocupações municipais junto
96 ao CIF. A Presidente do CIF informou que a SECEX enviará em dez dias a proposta da estrutura do
97 evento. Dando continuidade à pauta, a representante do Tribunal de Contas do Estado de MG realizou
98 apresentação sobre questões ambientais, informando que o TCE/MG exerce o controle tradicional ou
99 de conformidade, por meio de auditorias de contabilidade, financeira e de legalidade, com vistas à
100 promoção do controle sobre os procedimentos formais e legais. Sobre controle finalístico, enfatizou
101 a auditoria operacional, que avalia o desempenho de maneira preventiva, a gestão e os resultados,
102 com o objetivo de aperfeiçoamento da gestão pública quanto ao desempenho de suas atividades. Parte

Anny

103 da ineficiência dos serviços públicos ocorre em razão da inadequada aplicação e/ou do desperdício
104 dos recursos, mencionando o trabalho de parceria com o gestor em todas as etapas da auditoria
105 operacional. Em seguida, a representante do TCE/MG apresentou a auditoria operacional sobre a
106 gestão estadual das atividades de extração de minério de ferro em MG, explicitando a motivação, o
107 objetivo, o escopo, as questões de auditoria e as conclusões. Explicou sobre as políticas públicas
108 municipais para mitigação dos impactos ambientais da mineração e diversificação das atividades
109 econômicas. Destacou a importância da Lei Federal nº 7.990/89, que versa sobre a Compensação
110 Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, e explicou que o DNPM é o órgão
111 responsável pela administração, fiscalização e repasse desses recursos, o qual pode firmar acordos de
112 cooperação técnica com os municípios para acompanhar a arrecadação e fiscalização da CFEM. Os
113 recursos da CFEM devem ser aplicados, preferencialmente, em ações de melhoria de infraestrutura,
114 qualidade ambiental, saúde e educação, sendo recomendável que os municípios promovam a
115 diversificação da base produtiva de setores não minerários para diminuir a dependência da mineração.
116 Ao ser questionada sobre como o Tribunal de Contas poderia auxiliar os municípios participantes do
117 CIF, a representante do TCE/MG frisou que, durante a etapa do monitoramento das auditorias, é
118 possível acompanhar de forma integrada o andamento das políticas públicas e planos de ações nos
119 municípios, conferindo publicidade ao acompanhamento por intermédio dos relatórios de
120 monitoramento. O Prefeito de Baixo Guandu questionou a atuação do TCE/MG em relação ao TTAC,
121 uma vez que o Tribunal não é signatário do acordo. Após a homologação do TTAC, o TCE/MG
122 poderá atuar sobre os programas do TTAC, oferecendo ao CIF uma avaliação operacional dos
123 programas. A Presidente do CIF explicou sobre a intenção de integrar o TCE/MG ao CIF e sugeriu
124 que o Tribunal componha o NAF. A representante da SEMAD sugeriu que as questões sobre a
125 capacitação dos municípios mineradores relativas à aplicação dos recursos do CFEM, conforme a
126 legislação, sejam enviadas às CTEI. O prefeito de Baixo Guandu sugeriu que o TCE/MG auxilie na
127 elaboração de editais e de termos de referência, evitando-se erros e atrasos. A representante do TCE
128 ressaltou que o Tribunal atua mediante provocação dos municípios ou quando solicitada consulta para
129 orientações. A coordenadora da CT-SHQA mencionou os apontamentos contidos na Deliberação nº
130 43, sugerindo que o TCE/MG atue na assistência técnica aos municípios, inclusive para os editais,
131 tendo em vista o documento a ser entregue pela Renova referente à destinação de quinhentos milhões
132 de reais aos municípios para obras e projetos de saneamento, sendo possível a colaboração para
133 garantir a eficiência e a eficácia do processo nas fases de elaboração dos editais e dos TRs,
134 eventualmente padrões ou em conjunto. A Presidente do CIF solicitou que o TCE-MG envie
135 documento formalizando quais as contribuições concretas e áreas de atuação do Tribunal junto à
136 governança do CIF. O representante da SECIR, via videoconferência, informou que, em relação à
137 erosão na entrada de Barra Longa, foi recebido documento da Renova que aponta os erros relativos à
138 execução do projeto, e que o DER/MG está atuando na correção do problema. Todavia, ainda não foi
139 apresentada a data de início da intervenção no local. Em relação ao TCE/MG, sugeriu que a CTEI
140 solicite à Renova a apresentação de propostas mais concretas acerca da diversificação da economia
141 para diminuir a dependência da mineração. Próximo item da pauta, foi tratado o ofício da associação
142 de pescadores do rio Itaúnas/ES. O Secretário-Executivo do CIF informou que, conforme art. 20 do
143 Regimento Interno do CIF, as entidades públicas e os impactados poderão solicitar informações,
144 manifestações, ou propor ao Presidente do CIF a submissão de matéria a ser debatida entre os seus
145 membros, destacando que a demanda da associação de pescadores também foi encaminhada ao MPF,
146 ao MPE, à Superintendência do Ibama no ES, ao IEMA e à SEAMA. A representante da SEAMA
147 mencionou a NT nº 014/2017 GTECAD/IEMA, que indica a ocorrência do fenômeno natural da
148 decoada, caracterizado pela alteração das características da água, como cor, odor, oxigênio dissolvido,
149 gás carbônico dissolvido, PH, condutividade elétrica e nutrientes (nitrogênio, fósforo, carbono), a
150 qual geralmente ocorre na região do vale do Suruaca, com certa frequência. A referida NT foi enviada
151 à associação de pescadores do rio Itaúnas/ES. Também informou que a equipe do IEMA pesquisou o
152 histórico da ocorrência do fenômeno e que serão realizados estudos para identificação de eventual
153 relação com os rejeitos oriundos da barragem de Fundão, devido principalmente à insegurança da
154 população quanto à qualidade da água. A coordenadora da CT-SHQA ressaltou que o assunto está

155 pautado na próxima reunião da CT e que provavelmente haverá monitoramento da área no âmbito do
156 PMQQS. O representante da Renova concordou com a proposta. Na sequência da pauta, a
157 coordenadora da CT-SHQA informou, com o mais profundo pesar, o falecimento do técnico da ANA,
158 senhor Ney Alberto Murtha, lotado na Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de
159 Gerenciamento de Recursos Hídricos, unidade de Governador Valadares/MG. Recordou que o
160 mesmo foi grande entusiasta e idealizador das ações de restauração da bacia do rio Doce, destacando
161 sua capacidade técnica e as suas contribuições efetivas na CT-SHQA. Nesse momento de dor,
162 ressaltou que, pelas qualidades como pessoa e profissional, o falecimento resulta em perda
163 incomensurável à família e à ANA. Adiante, tratou do Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto,
164 frisando que, quando recebeu a pauta da SECEX, enviou e-mail aos membros do CIF informando que
165 a última versão documento Diretrizes para Repasse de Recursos e Apoio Técnico e Capacitação aos
166 Municípios ainda não havia sido entregue pela Renova. Ressaltou que os trabalhos estão bem
167 avançados e que foram realizadas várias reuniões da CT com o GT, resultando na NT nº 14 e na
168 minuta de deliberação, as quais estão praticamente prontas, aguardando apenas o recebimento da
169 última versão do documento da Renova. Segundo informações repassadas pela Fundação, ainda existe
170 uma dúvida jurídica pendente em relação ao *compliance* sobre o repasse de recursos diretamente aos
171 municípios e aos consórcios de resíduos na bacia hidrográfica do rio Doce. Dessa forma, solicitou a
172 realização de reunião extraordinária do CIF, para que a Fundação apresente os detalhes do trabalho
173 de excelente qualidade técnica. Após a realização da reunião ordinária da CT-SHQA, durante a
174 semana, a coordenadora confirmará a necessidade da reunião extraordinária. A representante da
175 SEAMA esclareceu a dúvida referente à participação dos consórcios públicos e dos prestadores de
176 serviços, que necessita de análise jurídica além do disposto no TTAC, levando-se em consideração a
177 Lei de Consórcios Públicos e a sua regulamentação. Adiante, foi apresentada a proposta de
178 deliberação acerca do segundo chamamento aos municípios mineiros localizados na Área Ambiental
179 2, para a apresentação de proposta de ações de destinação de resíduos sólidos, de acordo com os
180 critérios estabelecidos na Deliberação nº 43. A coordenadora da CT-SHQA explicou os requisitos
181 previstos no item 4.1 da Deliberação nº 75, os quais determinam prazo de trinta dias para a proposta
182 do plano de capacitação dos municípios. Leitura integral da minuta. Votação. Aprovada a
183 **Deliberação nº 117**. Na sequência, o Secretário da SEAPA comunicou que foi informado pelos
184 Prefeitos que certas pessoas vêm se apresentando como representantes da Renova para vender
185 consultorias, solicitando ações do CIF para coibir essas ações fraudulentas. O Prefeito de Rio Doce
186 sugeriu que a equipe da Renova, responsável pela comunicação com os municípios, organize junto à
187 SECIR e à FEAM, as quais atuam especificamente com os resíduos sólidos, uma forma de orientação
188 das prefeituras para prevenção dessas tentativas de fraudes. O representante da Renova informou que
189 tais casos vêm ocorrendo, inclusive em outros programas, enaltecendo a relevância da criação da
190 SECEX do Governo de MG, para auxiliar os Prefeitos, após reuniões com a equipe de comunicação
191 da Fundação, para definição dos pontos focais de entrada e de saída de informação. A representante
192 da SEAMA ressaltou que o Governo do ES também vem encontrando dificuldades de comunicação
193 com a Renova, inclusive para marcar reuniões. Assim, em breve tomarão medidas para facilitar o
194 fluxo de trabalho entre os municípios, Governo do ES e Fundação, ressaltando que somente através
195 do diálogo entre os órgãos envolvidos e a Renova será possível coibir as tentativas de fraude. O
196 representante da Renova destacou que, diante da previsão de aumento das ações em campo para os
197 próximos meses, a SECEX/MG e do Escritório dos Prefeitos auxiliarão para a melhoria da
198 comunicação com as instituições do CIF. Registra-se em ata o apoio formal do CIF à criação da
199 Secretaria Executiva do Governo de Minas Gerais, que atuará na interlocução com os municípios. Ao
200 final, a coordenadora da CT-SHQA passou aos informes relativos à Cláusula 171, destacando que
201 ocorrerão vistorias nos sistemas de abastecimento de água dos municípios durante a semana, para
202 encerramento do trabalho de análise do documento sobre as fontes alternativas de captação de água.
203 A formalização da escolha da instituição financeira pelo município será especificada no documento
204 a ser entregue pela Renova no dia 25 do mês corrente. Por fim, o representante da Renova mencionou
205 a situação especial de Colatina/ES. Seguindo a pauta, a coordenadora da CT-FLOR informou que na
206 reunião intercâmaras do CIF foi decidido que a Renova encaminharia um plano de ação básico sobre

207 o banco de dados, o qual foi recebido na última sexta feira e está sendo avaliado junto à área de
208 tecnologia da informação. Prosseguiu com informes de que os técnicos do Ibama estavam realizando
209 vistorias em cento e nove tributários do rio Doce na Área Ambiental 1, com o objetivo de avaliar as
210 intervenções realizadas pela Fundação e elaborar o diagnóstico ambiental da área. Informou que se
211 trata da oitava saída de campo, a sexta na área que se estende até a Usina de Candonga. Em setembro
212 foi realizada vistoria nas nascentes e em agosto nos tributários. O primeiro relatório está concluído e
213 o segundo será complementado como os dados da vistoria em execução. Em seguida consultou aos
214 membros sobre a necessidade de apresentação desses relatórios e dos dados em reunião do CIF. A
215 Presidente do CIF enalteceu a Operação Águas, cujas ações produziram quantidade significativa de
216 informações ambientais da região entre Fundão e Candonga. A coordenadora da CT-FLOR destacou
217 a importância da operação para reforçar o diagnóstico ambiental da Área Ambiental 1 e que a
218 apresentação dos relatórios demonstrará a evolução da execução das ações de recuperação, servindo
219 para subsidiar com informações a avaliação das ações e, principalmente, o planejamento. A
220 representante da Renova sugeriu que, quanto ao banco de dados, seria importante a consulta de todas
221 as CTs sobre o andamento das ações para a elaboração do documento inicial. A coordenadora da CT-
222 FLOR explicou que, a princípio, a CT-FLOR seria a CT piloto. Todavia, a partir da reunião
223 intercâmaras, houve a percepção de que todas as CTs devem participar em virtude das especificidades
224 dos programas, informando que as medidas administrativas foram providenciadas. O Secretário-
225 Executivo do CIF informou acerca da solicitação da CT-BIO para retirada do item da pauta referente
226 à apresentação do ICMBio sobre os resultados do monitoramento marinho, tendo em vista o não
227 recebimento dos relatórios finais dos pesquisadores. Seguindo a pauta, a apresentação da CTOS foi
228 antecedida pela fala do representante da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores –
229 CNPA, o qual destacou os impactos na atividade econômica das comunidades pesqueiras,
230 mencionando a visita a diversos municípios da região do ES, onde teve ciência de diversos exemplos
231 de descumprimento dos programas de indenizações por parte da Renova, citando a Deliberação nº
232 58, a qual reconhece diversas áreas impactadas, mas que a Renova se nega em cadastrar a população.
233 Informou sobre a ata de reunião em que o representante da Renova afirmou que não iriam realizar o
234 cadastro em determinadas áreas. Frisou que a situação do pescador não cadastrado e sem receber o
235 auxílio se assemelha à situação de fome e degradação, exigindo o cumprimento da Deliberação nº 58
236 e a execução célere do programa de indenização. Relatou que os pescadores reclamam da morosidade
237 do cadastro e que a visita de verificação da atividade pesqueira realizada pela Renova nas residências
238 dos pescadores causa incômodos à privacidade. Alegou que, segundo a jurisprudência do STJ, basta
239 a carteira de pescador profissional ou o registro de protocolo para comprovação da atividade
240 pesqueira, suscitando descumprimento frontal dessa jurisprudência pacificada, aplicada a diversos
241 acidentes ambientais com impactos na pesca. Em seguida, o representante da CNPA enalteceu o
242 TTAC e agradeceu a atuação dos envolvidos na estrutura do CIF e no novo paradigma de gestão
243 pública. Quanto ao lucro cessante, afirmou que a CNPA está de acordo com a posição do CIF, no
244 sentido de que não possível adiantá-lo sem previsão expressa no TTAC. No que tange à tributação
245 das indenizações, explicou que pessoas que nunca declararam o imposto de renda serão tributadas,
246 em desacordo com a maioria da doutrina jurídica e dos tributaristas consultados pela CNPA. Acerca
247 dos danos morais, alegou que o valor oferecido de dez mil reais, além de ínfimo, encontra-se
248 totalmente dissociado da jurisprudência predominante no STJ, visto que em acidentes com impactos
249 ambientais menores, as indenizações por dano moral são pagas em valores mais expressivos. Sobre
250 os juros de mora, mencionou a Súmula 54 do STJ, pela qual os juros incidem desde o evento danoso.
251 Logo, a Renova terá de pagar cerca de 24% quando o desastre completar dois anos. Sobre a divisão
252 do pagamento, citou exemplo de pescador que havia recebido o adiantamento e, caso recebesse os
253 dez mil reais de danos morais e aceitasse o acordo, estaria em débito com a Renova, pois o valor
254 adiantado foi maior que o dano a ser pago. Por fim, no que se refere à comprovação da residência dos
255 pescadores, discorreu que muitos deles moram em casas de pessoas humildes, que possuem contratos
256 informais de alugueis, sem qualquer documentação. Assim, a exigência de conta em nome do
257 pescador para atestar a moradia inviabiliza o cadastramento. Adiante, a CTOS fez apresentação sobre
258 o termo de quitação para pescadores em desconformidade com a Deliberação nº 111. O coordenador

259 da CTOS projetou termo de quitação relativo ao PIM e fez a leitura da Cláusula nº 07, na qual há
260 quitação mútua, recíproca, ampla, plena, geral, irrevogável e irrevogável. O coordenador informou
261 que, mesmo após a aprovação da Deliberação nº 111, a Fundação apresentou essa proposta aos
262 pescadores, a qual deveria conter a distinção entre três componentes a serem pagos, lucro cessante,
263 dano moral e material, de forma clara. A Presidente do CIF esclareceu que a Deliberação nº 111
264 determina a quitação parcial, a qual deveria constar na proposta. Informou que o formulário projetado
265 contém redação padrão e não está de acordo com a deliberação. O representante da Renova concordou
266 com a alegação da CTOS, informando que os escritórios retornarão aos casos de acordos celebrados
267 em desacordo com a Deliberação nº 111, e que internamente a redação será alterada. Outro
268 representante da Renova alegou que a quitação plena e irrevogável se referia aos danos morais e
269 materiais, e não aos lucros cessantes. O representante da PFE/Ibama sugeriu alterações na redação do
270 termo para maior segurança jurídica. Amplo debate sobre diferentes termos de quitação e cálculos de
271 valores brutos e líquidos. Outro ponto debatido foi o adiantamento do lucro cessante, o qual vem
272 sendo descontado do valor pago a título de dano moral e material, o que não pode ser realizado. O
273 representante da Renova informou que se trata de erro de fato, o qual pode ser resolvido. Em seguida,
274 foi projetada a minuta de deliberação para adequações do termo de quitação parcial e notificação da
275 Renova devido ao descumprimento parcial da Deliberação nº 111. Amplo debate sobre o
276 detalhamento dos fatores do dano material, contexto operacional dos valores, não-tributação do dano
277 material e moral, adiantamento e desconto do lucro cessante. A Presidente sugeriu que o novo termo
278 de quitação parcial seja apresentado previamente à CTOS para dirimir dúvidas acerca do documento.
279 Últimos ajustes na redação e leitura integral da proposta. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 118**.
280 Em seguida, foi tratado o item extra pauta sobre o recebimento formal de denúncia acerca do
281 descumprimento da Deliberação nº 58. A Presidente do CIF esclareceu que não haveria deliberação
282 sobre o assunto nesta reunião e que a questão foi apresentada para conhecimento dos membros, para
283 encaminhamentos, ressaltando que o CIF frequentemente recebe denúncias e reclamações, porém
284 serão apresentados em reunião apenas os casos com materialidade comprovada, como o caso da ata
285 da reunião entre os representantes das colônias de pescadores e a Renova, devidamente assinada pelos
286 presentes. O representante da Renova solicitou o envio da denúncia para providências, mencionando
287 que há estimativa de mais de seis mil cadastros, dos quais cerca de cinco mil foram realizados,
288 alegando que pode se tratar de um caso isolado, algum erro pontual, e que a Renova tomará as medidas
289 administrativas para resolver o problema. O Secretário-Executivo do CIF fez a leitura do trecho da
290 ata da reunião que embasa a denúncia, na qual o representante da Renova afirmou que os moradores
291 de Pontal do Ipiranga e São Mateus não serão contemplados pelo cadastro, em desconformidade com
292 a Deliberação nº 58 e com a notificação expedida por determinação da Deliberação nº 93. Amplo
293 debate. Questionamentos sobre a aplicação da multa prevista no TTAC. A documentação será
294 encaminhada à CTOS, para análise, e à Renova, para resposta oficial. A conselheira do Conselho
295 Consultivo da Renova informou sobre a existência de falsos pescadores, os quais, além de
296 prejudicarem os pescadores verdadeiros, solicitam indenizações com valores altíssimos. Também
297 discorreu que existem pescadores de fato que não têm a carteira e o registro do protocolo e que
298 existem pessoas que não são pescadores que têm a carteira e o registro do protocolo, frisando que os
299 pescadores desejam apenas o reconhecimento para encerramento do dano e retorno à pesca. O Prefeito
300 de Rio Doce comentou que no município foi realizado auto reconhecimento pelas comunidades de
301 faiscaidores e pescadores artesanais, acrescentando que, nesse processo, foi percebido um grupo de
302 cerca de dez pessoas que não se encaixavam como tradicionais, mas sim como profissionais, porém
303 irregulares, acarretando em nova fase de auto reconhecimento para exclusão de aproveitadores. A
304 Presidente do CIF citou exemplo do reconhecido dos atingidos por barragem em relação ao
305 refinamento dos dados da metodologia reconhecida, para identificação de possíveis fraudes e
306 confirmação de autenticidade. O coordenador da CTOS apontou para a necessidade de consulta à CT-
307 IPCT, ressaltando a excelência do trabalho desenvolvido em Rio Doce e a importância do trabalho
308 conjunto com a auditoria independente, para conferir as inconsistências dos programas, inclusive do
309 cadastro, informando que a EY está na pauta da próxima reunião ordinária da CTOS, para apresentar
310 o plano global. O Prefeito de Baixo Guandu sugeriu uma busca ativa nas secretarias estaduais e

311 municipais sobre a autenticidade das informações. O representante da Renova informou que essa
312 busca ativa vem sendo realizada junto aos cadastros públicos, CPF e registros de saúde e de educação,
313 com o intuito de comprovação das alegações de que determinados cidadão são realmente pescadores,
314 ressaltando que alguns funcionários da Fundação foram ameaçados ao executarem esse trabalho. O
315 Prefeito de Baixo Guandu sugeriu que seja apresentado mecanismo de busca ativa mais transparente,
316 sem que esteja restrito às equipes da Renova, para que todos os interessados promovam o cruzamento
317 dos dados e informações. O representante da Renova recapitulou a grandiosidade do cadastro
318 emergencial, afirmando que muitos pescadores não foram cadastrados naquele primeiro momento. A
319 representante da Casa Civil explicou que a CTOS não tem condições de refinar o enorme cadastro
320 emergencial, cuja função é da Fundação. Argumentou que a CTOS precisa melhorar o fluxo de
321 informações entre as Defensorias Públicas, os órgãos estaduais e os Governos Estaduais, mais
322 envolvidos com a ponta do processo, para intensificação do diálogo com as comunidades de
323 pescadores, uma vez que essas têm a capacidade de informar quem são, realmente, pescadores.
324 Lamentou que a criação do cadastro integrado não tenha resolvido essas inconsistências relacionadas
325 ao cadastramento dos pescadores e, em relação às novas áreas, informou que a Renova apresentará
326 diagnóstico socioeconômico em reunião da CTOS. O representante do Conselho Consultivo da
327 Renova destacou a pressão social sobre os pagamentos das indenizações. A Presidente do CIF
328 asseverou que a Deliberação nº 111 deve ser cumprida para que essas indenizações sejam pagas com
329 celeridade. Em seguida, o coordenador da CTOS apresentou a proposta de deliberação sobre os
330 parâmetros complementares para o PIM, conforme NT nº 016/2017/CTOS-CIF, a qual expõe o
331 histórico da Deliberação nº 111 e apresenta as propostas e contrapropostas da Casa Civil e da Renova
332 sobre a pendência relativa à possibilidade de desconto dos valores pagos aos impactados a título de
333 Auxílio Financeiro Emergencial quando da efetivação do pagamento dos lucros cessantes. Leitura
334 integral da minuta de deliberação, destacando que os valores pagos pelo Programa de Auxílio
335 Financeiro Emergencial não podem ser descontados ou abatidos do valor indenizatório, por se tratar
336 de programas de natureza e finalidades distintas. Por sua vez, os valores pagos pelo auxílio deverão
337 ser efetuados até que sejam restabelecidas as condições para o exercício das atividades econômicas
338 originais ou, na hipótese de inviabilidade, até que sejam estabelecidas as condições para nova
339 atividade produtiva em substituição à anterior. As indenizações deverão ser pagas a todos os
340 trabalhadores da cadeia da pesca, sem discriminação de gênero, com assistência jurídica gratuita aos
341 impactados, conforme Cláusula 37 do TTAC. Em relação à tributação sobre as indenizações, a CTOS
342 propôs que a Fundação cumpra a sua responsabilidade legal de recolhimento de tributos na fonte,
343 para garantia de que os pagamentos a título de indenização por lucro cessante possam ser declarados
344 junto à Receita Federal como “Rendimentos Recebidos Acumuladamente”, apesar de tais
345 encaminhamentos não estarem prescritos na minuta da deliberação. A representante da SEMAD
346 demonstrou preocupação por não haver prazo definido para cálculo do lucro cessante, tendo em vista
347 que, do ponto de vista técnico, os trabalhos deverão definir uma série de indicadores de recuperação
348 da bacia hidrográfica, complexos e necessários, seguindo encaminhamento da reunião intercâmaras
349 de que cada CT deverá propor indicadores. Citou que a questão da qualidade da água, considerada
350 tratável, poderia ensejar a solicitação do encerramento do pagamento do auxílio financeiro
351 emergencial, sob alegação de que o dano cessou. Reiterou a importância da definição das diretrizes,
352 para que haja maior segurança caso ocorram futuras mudanças de gestão dos órgãos componentes do
353 CIF, com orientações claras acerca do momento exato quando o dano é considerado reparado.
354 Defendeu que o prazo seja determinado para o cálculo, mesmo que posteriormente haja nova
355 avaliação técnica ao final do prazo. A Presidente do CIF ponderou acerca da fixação do prazo previsto
356 para cessação do dano, pois existem diferentes tipos de danos e o tempo de restauração dos danos são
357 distintos. Assim, sugeriu que o que a CTOS elabore critérios objetivos com a Renova para definir a
358 forma de encerramento dos pagamentos do Auxílio Financeiro Emergencial. A representante da Casa
359 Civil mencionou que a CTOS consultou as áreas jurídicas da AGU e do MMA sobre os fatores que
360 serão considerados para pagamento do lucro cessante, havendo consenso sobre a antijuridicidade na
361 projeção do lucro cessante, uma vez que não há previsão exata sobre quando o atingido conseguirá
362 reaver o lucro, o que poderia incorrer em erro ou em injustiça. Porém, defendeu a possibilidade de

363 pagamento do lucro cessante desde a data do desastre até o dia do fechamento do acordo de
364 indenização, período denominado lucro cessante passado. Por fim, mencionou sobre a prestação
365 pecuniária em prestação continuada, disposta na Cláusula 10, inciso III, do TTAC. O representante
366 da Renova afirmou que a Fundação acatará as determinações constantes nas deliberações do CIF e
367 pagará as indenizações seguindo as diretrizes definidas nesses documentos. Porém, no futuro, a
368 Renova pretende consultar o Painel de Especialistas para alinhamento jurídico de todos os partícipes
369 sobre a natureza jurídica do Auxílio Financeiro Emergencial, se o mesmo configura renda, bem como
370 a forma de caracterização da cessação de danos para efeitos de lucro cessante e auxílio financeiro. A
371 Presidente do CIF relatou sobre a dificuldade quanto à contratação de advogados, devido ao
372 tratamento previsto no TTAC, propondo que seja criado um grupo jurídico para condução das
373 negociações. Amplo debate sobre a criação do grupo de apoio jurídico e respectivo formato e
374 conteúdo a ser abordado. Proposta para que o CIF indique especialistas jurídicos dos quadros da
375 AGU, AGE/MG e PGE/ES, assim como do GIRD das Defensorias Públicas. A representante da
376 SEAMA reiterou solicitação do Governo do ES sobre o Programa de Proteção Social e as
377 inconsistências relativas ao cadastro, mencionando que, em agosto, foi expedido o Ofício nº 232
378 endereçado ao CIF, versando sobre o prazo de vinte dias para a entrega dos microdados disposto na
379 Cláusula 29. O Secretário-Executivo do CIF informou que a solicitação contida no ofício foi replicada
380 à Renova via Presidência do CIF, porém até o momento ainda não houve resposta. O representante
381 da Renova informou que o ofício foi respondido na última reunião da CTOS, com cópia para a
382 Presidência do CIF, complementando que o sistema garante a confidencialidade dos dados dos
383 indivíduos, os quais serão disponibilizados para a consulta até a segunda quinzena de novembro. O
384 representante da Renova solicitou alteração da redação do item 2 para maior esclarecimento. Votação.
385 Aprovada a **Deliberação nº 119**. A representante da SEMAD solicitou registro em ata da sugestão
386 de elaboração dos relatórios de acompanhamento das campanhas de cadastramento e pagamento das
387 indenizações. A representante da Casa Civil solicitou que os órgãos integrantes do CIF deem
388 publicidade às Deliberações nº 111 e nº 119. A coordenadora da CT-CPDCS solicitou que os novos
389 parâmetros do PIM sejam divulgados, inclusive por meio de audiências públicas, assim como
390 publicados nos sítios eletrônicos dos órgãos membros do CIF. A representante da Renova sugeriu que
391 o CIF e a Fundação redijam textos para publicação conjunta. A Presidente do CIF apoiou a redação
392 colaborativa com a CTOS e sugeriu que seja dada ampla divulgação ao comunicado. Próximo item
393 da pauta, a proposta de deliberação para validação de lotes do Cadastro Integrado foi apresentada
394 pelo coordenador da CTOS. Os lotes dez a dezessete, com informações referentes a 5.763 famílias e
395 18.452 pessoas, ao serem validados, encerram todo o passivo da CT desde a mudança de coordenação
396 da Casa Civil para o MDS. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 120**. Seguindo a pauta, a
397 coordenadora da CTEI fez breve relato sobre o Projeto Piloto de Ressarcimento aos municípios,
398 projetando a resposta do Corpo de Bombeiros de MG ao ofício da Renova solicitando os dados
399 bancários para pagamento do ressarcimento. A representante da Renova afirmou que o Corpo de
400 Bombeiros será ressarcido em até uma semana. A coordenadora da CTEI explicou que, conforme o
401 item 2 da Deliberação nº 85, a Fundação deveria começar imediatamente os procedimentos para
402 efetuar os pagamentos aos compromitentes e aos municípios, mas ressaltou que até o momento atual
403 a Renova não apresentou evidências de que os procedimentos haviam sido iniciados. Registra-se em
404 ata a ausência de resposta imediata da Renova acerca do ressarcimento dos órgãos públicos. A
405 coordenadora da CTEI sugeriu a elaboração de instrumento administrativo para demonstração da
406 conta bancária para recebimento dos valores a título de ressarcimento. A representante da EY e a
407 representante da Renova fizeram considerações acerca da necessidade de retificação da Deliberação
408 nº 78 em relação aos municípios. Leitura do item 2 da Deliberação nº 78. Amplo debate se esse
409 dispositivo também valeria para os municípios, cujos valores a serem ressarcidos não estão
410 colecionados no anexo da Cláusula 141 do TTAC. A coordenadora da CTEI frisou os municípios não
411 estavam especificados nas Cláusulas 141 e 142, e que o projeto piloto foi criado justamente para
412 determinar quais tipos de gastos foram realizados pelos municípios e como seriam apurados. A
413 representante da EY apresentou o *status* da asseguaração do Programa de Ressarcimento de Gastos
414 Públicos Extraordinários, informando que cinco municípios foram escolhidos para participar do

415 projeto piloto devido à natureza de gastos diferentes entre si, quais sejam, Governador Valadares/MG,
416 que ainda não houve agendamento de reunião, Colatina/ES, que entregará a documentação no final
417 de novembro, Mariana/MG, que ainda não enviou a documentação solicitada, Barra Longa/MG, que
418 enviou os documentos, mas em desconformidade com as diretrizes, e Rio Doce/MG, que entregou a
419 documentação e as complementações requeridas pela auditoria. Em seguida, a representante
420 apresentou a situação do município de Rio Doce, por estar com os trabalhos mais adiantados,
421 destacando os gastos extraordinários pleiteados pela Prefeitura, tais como, gastos com viagens e
422 deslocamento, contratação de serviços, incremento da distância percorrida pelo transporte escolar
423 devido a interdição da estrada, e fornecimento de alimentação para a Defesa Civil, Corpo de
424 Bombeiros e Polícia Militar. Na sequência, a representante da EY questionou a natureza dos gastos,
425 os quais não estão devidamente detalhados nas diretrizes, sendo necessária complementação do
426 documento aprovado. Também levantou se os gastos com acompanhantes em viagens devem ser
427 ressarcidos, solicitando esclarecimentos sobre o tratamento desses gastos para fins do Programa de
428 Ressarcimento. Os gastos realizados após 31 de março de 2017, de acordo com as diretrizes, serão
429 analisados posteriormente pelo CIF. Ampla debate sobre os procedimentos, diretrizes e o prazos. A
430 coordenadora da CTEI afirmou que até o dia 23 de dezembro será possível apresentar avanços sobre
431 projeto piloto de Rio Doce. A representante da SEMAD ressaltou que Governador Valares e Colatina
432 terão gastos diferentes de Rio Doce e questionou sobre o andamento dos trabalhos. A representante
433 da EY informou que entrou em contato com os municípios, com previsão de conclusão até o final do
434 ano. A SECEX contatará as Prefeituras de Barra Longa, Colatina e Governador Valadares para
435 alinhamento de datas para entrega da documentação. A coordenadora da CTEI solicitou registro em
436 ata dos seguintes encaminhamentos: os órgãos membros do CIF devem enviar os dados bancários
437 para a Renova agilizar o pagamento do ressarcimento. A CTEI apresentará proposta de deliberação
438 sobre o projeto piloto na próxima reunião tendo como paradigma o município de Rio Doce. O
439 representante da Renova solicitou que na proposta de deliberação seja definido prazo para a resposta
440 dos municípios. A Presidente suplente do CIF solicitou articulação das CTs para realização de
441 provável reunião extraordinária, agradecendo a presença de todos. A reunião se encerrou às dezenove
442 horas do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezessete. Aos vinte e quatro dias do mês de outubro
443 de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, no Auditório nº 2 do Ibama Sede – Brasília/DF,
444 foi **retomada a segunda parte da 19ª Reunião Ordinária** do Comitê Interfederativo sobre o
445 Desastre de Mariana/MG. Verificado o quórum regulamentar (lista de presentes anexa), a Presidente
446 do CIF cumprimentou todos os presentes e reiniciou os trabalhos pela apresentação da CTEI sobre os
447 tributos cessantes dos municípios. O coordenador suplente da CTEI explicou o contexto originário
448 da discussão sobre tributos cessantes, ressaltando que se trata de demanda dos municípios que tiveram
449 perda expressiva de arrecadação devido ao desastre. A CTEI relatou dificuldades nas pesquisas acerca
450 do tema, passando a pesquisar os lucros cessantes por analogia, os quais, segundo a doutrina
451 especializada, pode ser considerado como a perda de lucro esperado, com previsão no art. 402 Código
452 Civil. Para a reparação do dano material, o nexo de causalidade entre a conduta indevida do terceiro
453 e o efetivo prejuízo patrimonial suportado deve ser comprovado para fixação do valor da indenização
454 pretendida, visando à recomposição da situação patrimonial anterior à ocorrência do dano. Quanto
455 aos municípios, o coordenador fez breve histórico da arrecadação tributária e ponderou que outros
456 fatores também devem ser levados em conta, tais como a crise econômica e a variação do preço do
457 minério de ferro no mercado internacional. Em seguida, apresentou o conceito legal de tributo, isto
458 é, toda prestação pecuniária compulsória instituída em lei e cobrada mediante hipótese de incidência
459 e fato gerador, salientando que essas hipóteses são determinadas por lei, não cabendo a aplicação de
460 analogia. Apesar da necessidade de previsão legal e a vedação da analogia no direito tributário, as
461 partes podem celebrar acordo para indenização das perdas de receita tributária diretamente ligadas ao
462 desastre. Caso isso ocorra, os municípios deverão informar o valor pretendido, bem como a
463 metodologia utilizada para o levantamento da receita fiscal cessante. A CTEI continuará investigando
464 casos nacionais e internacionais de eventos semelhantes e os modelos em que foram realizadas as
465 reparações dos danos. O coordenador suplente destacou que, com a criação da SECEX/MG, o
466 levantamento de dados será facilitado, para verificação da variação do ICMS, dentre outros tributos,

467 sugerindo a escolha do município de Mariana como piloto, por se tratar do município mais atingido.
468 Também mencionou o caso de Rio Doce devido à UHE Risoleta Neves, a qual torna o levantamento
469 mais objetivo e evidente, visto que o valor arrecadado cessou. Por fim, frisou que a queda da
470 arrecadação traz consequências para o futuro, devido ao tempo necessário para recuperação das
471 condições econômicas. O Prefeito de Mariana elogiou a apresentação e mencionou que a legislação
472 do Canadá abarca o tema dos tributos cessantes. Protestou diante do fato de que as empresas que
473 deram origem ao desastre não se responsabilizem pela queda da arrecadação municipal, citando queda
474 mensal no valor de dez milhões de reais no orçamento, o que prejudica outros projetos, como a escola
475 em tempo integral e os serviços de saúde. A Presidente do CIF ponderou sobre o tributo cessante
476 como dano efetivo. O Prefeito de Mariana comunicou que, devido ao fato de que não há previsão no
477 TTAC acerca da garantia de receita aos municípios para continuidade dos serviços essenciais,
478 posiciona-se contrariamente à homologação do Acordo. Porém, ao ser informado das tratativas para
479 homologação parcial do TTAC, relativamente à estrutura de governança, o CIF e a Fundação, afirmou
480 que se posiciona favoravelmente à homologação parcial, elogiando o trabalho desempenhado pelo
481 CIF, ao qual integra como membro representante dos municípios atingidos de MG. Com relação à
482 segunda parte, relacionada aos programas, a mesma será homologada posteriormente, com amplo
483 debate e participação. O Prefeito de Mariana sugeriu a elaboração de documento do CIF externando
484 o apoio à homologação parcial do TTAC, assinado por todos os membros, destacando-se a efetividade
485 das ações do CIF em relação à restauração da bacia hidrográfica do rio Doce e a assistência à
486 sociedade. A coordenadora da CT-SHQA concordou com a sugestão e sugeriu a inclusão das
487 sugestões de alteração do TTAC aprovadas pelo CIF. O Secretário da SEAPA solicitou avanços
488 relativos à reparação dos tributos cessantes, tendo em vista as consequências financeiras causadas aos
489 municípios pelo desastre. A coordenadora da CT-SHQA citou o município capixaba de Anchieta,
490 cuja situação econômica foi extremamente impactada pela paralisação das operações minerárias. O
491 Prefeito de Rio Doce diferenciou a mudança de legislação e o possível acordo no âmbito do TTAC,
492 sugerindo a continuidade das pesquisas e a formulação de propostas. A queda da arrecadação
493 prejudicou o andamento de vários serviços à população, destacando o serviço de apoio à graduação
494 desenvolvido pelo município. Também mencionou que os parâmetros utilizados pela prefeitura para
495 mensuração da queda da arrecadação envolvem o ISS, o ICMS e os *royalties*, ressaltando que a
496 elaboração da média dos últimos cinco anos de arrecadação, o que contribuirá à metodologia para
497 um possível acordo. A representante da SEMAD sugeriu a criação de metodologia única para todos
498 os municípios, para maior segurança jurídica. O representante da Renova informou que, apesar de
499 concordar com os argumentos apresentados no debate sobre tributo cessante, esse assunto não está
500 contemplado no TTAC, julgando não se tratar de fórum apropriado para discussão do tema. A
501 Presidente ressaltou que a CTEI apresentou apenas um estudo sobre o tema, para auxiliar os Prefeitos
502 na reivindicação do pleito, não havendo proposta de deliberação acerca disso. O Prefeito de Rio Doce
503 citou a operacionalização da Cláusula 169, resultante de acordo entre as partes, ressaltando que a
504 atual estrutura do TTAC possibilita novos acordos, os quais poderão versar sobre os tributos
505 cessantes. O coordenador suplente da CTEI reiterou que, apesar de não haver legislação sobre o tema
506 no ordenamento jurídico brasileiro, existe a possibilidade de acordo entre as empresas e os
507 municípios. Por fim, informou que a CTEI se reunirá em breve com os Prefeitos dos municípios do
508 projeto piloto e nas próximas reuniões do CIF poderá ser apresentado documento mais elaborado
509 sobre o tema. Em seguida o coordenador suplente passou à análise do pedido de dilatação de prazo
510 do estudo de viabilidade sobre a certificação de produtos com insumos da mineração, mencionando
511 ofício enviado pela Fundação solicitando aumento de prazo. Explicou que, de acordo com a
512 Deliberação nº 100, o estudo de viabilidade visando a identificação, caracterização e certificação,
513 deveria ser apresentado até o dia vinte e três de novembro. Nos próximos dias haverá reunião da CTEI
514 com a Fundação sobre a auditoria, quando também será possível alinhamento sobre o tema. Destacou
515 que foi definido pela CTEI que na próxima reunião do CIF, em novembro, será apresentada minuta
516 de deliberação estabelecendo a data de seis de março de 2018 para a apresentação do estudo. O
517 Prefeito de Mariana informou que aguarda o estudo para melhores tratativas junto aos
518 microempresários, visto que existem diversos produtos que podem ser fabricados a partir do insumo,

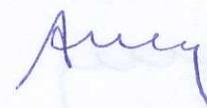
519 o que levaria à diversificação da matriz econômica na região. O coordenador suplente da CTEI
520 informou que o assunto será tratado no âmbito do Programa de Inovação, destacando que a fase atual
521 necessita de arranjos para viabilidade econômica da iniciativa, mencionando custos elevados de
522 produção devido ao frete na comercialização de tijolos. Amplo debate e sugestões de formas de
523 aproveitamento dos insumos da mineração. Seguindo a pauta, o coordenador informou que na reunião
524 passada foi registrada a preferência dos municípios pelos bancos de desenvolvimento estaduais para
525 execução do Programa de Saneamento, mas destacou que existem obras municipais em andamento
526 com financiamento da CEF, apontando para a possível necessidade de manutenção desse banco
527 nesses casos. Assim, mencionou que a NT nº 33 sugere que a contratação ou credenciamento de três
528 bancos, cabendo aos municípios a escolha da instituição financeira que operacionalizará os recursos
529 previstos no programa. Em seguida, foram apresentados os primeiros resultados do Fundo
530 preconizado na Cláusula 130. O coordenador suplente comunicou que o Fundo foi lançado no dia três
531 de outubro e que, em cerca de vinte dias, trezentos e sessenta projetos foram protocolados junto ao
532 BDMG, destacando que já houve liberação de crédito para cinco projetos. O BANDES ainda lançará
533 o Fundo no Estado do ES. O Prefeito de Mariana solicitou a consolidação dos números em documento
534 único para divulgação das informações juntos aos municípios, com a lista das empresas contempladas.
535 A coordenadora da CT-SHQA informou que o documento “Diretrizes para Repasse e Capacitação
536 aos Municípios da Cláusula 169” encontra-se nos padrões dos manuais operacionais do BID, de alta
537 qualidade técnica, destacando o trabalho conjunto entre a Renova e a CT, durante várias reuniões, o
538 que demandou certo tempo. O representante da Renova afirmou que, quando as operações do Fundo
539 estiverem mais consolidadas, a Fundação disponibilizará o relatório oficial mensal com os dados
540 financeiros e sociais do alcance dos projetos. Na sequência, o coordenador suplente da CTEI
541 apresentou o item extra pauta relativo à proposta de deliberação para aprovação do projeto de criação
542 de tilápias em tanques suspensos, combinado com a produção de hortaliças em aquaponia, no âmbito
543 do Programa de retomada das atividades Aquícolas e Pesqueiras. Destacou que o projeto resulta de
544 parceria entre o IFES, o CIF e o TAMAR, sendo que, após diversas reuniões com as comunidades,
545 foi definido o projeto de aquaponia devido à elevada relação custo-benefício. Serão implantados cento
546 e vinte projetos familiares na foz do rio Doce com o objetivo de gerar renda, buscar a segurança
547 alimentar, a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida dos pescadores.
548 Também mencionou que as excretas dos peixes servirão de adubo para as hortaliças e destacou o
549 baixo uso de água nesse sistema em comparação ao sistema convencional, frisando que será
550 necessário estudo de viabilidade técnica e ambiental. Além disso, os tanques suspensos flexibilizam
551 o licenciamento ambiental e apresentam baixo risco de espécies exóticas ao longo do rio. Por fim,
552 informou que será realizado treinamento da equipe técnica com base no Plano Nacional de
553 Assistência e Extensão Rural – PNATER. Leitura integral da proposta. Votação. Aprovada a
554 **Deliberação nº 121.** O Prefeito de Mariana questionou acerca da possibilidade de expansão do
555 projeto para os demais municípios da calha do rio Doce. O coordenador suplente respondeu que se
556 trata de projeto piloto, o qual poderá ser expandido caso seja bem-sucedido. Será agendada reunião
557 com o ICMBio para análise de projetos relativos à criação de peixes em tanques de rede no rio Doce.
558 Seguindo a pauta, o Prefeito de Mariana alegou que vem sofrendo pressão dos Vereadores por estarem
559 ocorrendo contratações de empresas de fora da calha por parte da Renova, frisando que não tem
560 ciência oficial se os funcionários da Fundação são cidadãos dos municípios atingidos, tampouco da
561 estratégia de compras locais da Renova. Mencionou a existência de veículos com placas de Belo
562 Horizonte em detrimento de Mariana, para efeitos de recolhimento do IPVA, defendendo a
563 contratação das empresas locais, e citando como exemplo os caminhões pipas que não foram
564 convidados para a concorrência. Enalteceu as NTs da CTEI sobre o tema e apontou para o
565 descumprimento da Deliberação nº 55, cabendo aplicação das sanções do TTAC. Por fim, discorreu
566 sobre a alegação da Renova de que a Lei de Fundações de Direito Privado impede a divulgação dos
567 gastos. A representante da Renova destacou que realmente existe a dificuldade nas contratações
568 exclusivamente locais e que, por isso, optou-se pelo termo “prioritariamente” na Deliberação nº 55.
569 Mencionou que a Fundação fixou meta de contratação local de cinquenta por cento para produtos e
570 sessenta por cento para mão de obra, destacando a realização de dezoito oficinas com cadastro de

571 empresas da região. Frisou o sobre preço dos fornecedores locais e mencionou que a Renova adquirirá
572 *software* para realização de leilões. Esclareceu ser de Belo Horizonte a metade da frota de carros da
573 Renova, sendo a outra metade de Mariana, e comunicou que haverá reunião em Mariana para discussão
574 do formato das contratações em processo de construção coletiva, citando que os contratos das
575 empresas terceirizadas determinam que setenta por cento dos empregados devem ser locais. Alegou
576 que a contratação local se consolidará ao longo do tempo e que haverá prestações de contas sobre o
577 tema, comprometendo-se a enviar relatórios mensais sobre as contratações para cada um dos trinta e
578 nove Prefeitos. Solicitou registro em ata de que a Renova não se nega ao diálogo e que a Fundação
579 tem o interesse na maior transparência possível de todas as ações. Defendeu as boas práticas de
580 compra da Fundação, a qual contrata de acordo com qualificações técnicas específicas, e externou
581 preocupação perante a uma possível xenofobia, pois poderá ocorrer discriminação com os contratados
582 de fora das localidades. O Prefeito de Rio Doce reconheceu que podem ocorrer sobre preços das
583 empresas a serem contratadas pela Renova, principalmente devido à herança recebida da Samarco,
584 causadora do desastre, mas frisou que tais distorções devem ser corrigidas. Adiante, mencionou o
585 dever de fornecimento dos contratos, para monitoramento do ISS, e, em caso de negativa da Renova,
586 o município deve impetrar mandado de segurança, enquanto obrigação de Prefeito. Reiterou a falta
587 de informação e sugeriu reunião entre as instituições públicas, a Fundação e os empresários para
588 esclarecimentos sobre contratação local e preços. O Prefeito de Baixo Guandu frisou a necessidade
589 de que os critérios da deliberação sejam respeitados, solicitando que a Renova forneça maiores
590 detalhes de todas as contratações, para que o procedimento seja mais transparente, com ampla
591 divulgação do cronograma de contratação, para que as empresas e os municípios se organizem. O
592 Prefeito de Mariana recebeu denúncia formal de que em reunião com de cinco empresários
593 contratados pela Renova, apenas um seria de Mariana, ressaltando que a política de contratação local
594 da Fundação está agravando o desemprego e a crise no comércio da região. O representante da Renova
595 destacou que o ISS vem sendo recolhido conforme a legislação tributária municipal e que haverá
596 reunião no dia treze de novembro para discussão sobre a fiscalização do Ministério Público de
597 Fundações, afirmando que o CREA também solicitou os dados das contratações locais. A
598 coordenadora da CT-SHQA sugeriu encaminhamento sobre o descumprimento da Deliberação nº 55.
599 O coordenador suplente da CTEI solicitou que a Renova apresente os relatórios e destacou as
600 universidades e institutos renomados nacionalmente localizados na região de Mariana, onde podem
601 ser contratados profissionais de diversas áreas. A representante da SEMAD sugeriu que na próxima
602 reunião do CIF a Renova apresente relatório sobre a contratação de serviços e pessoas, contendo a
603 composição do quadro de funcionários, a origem (local ou não), a qualificação, a profissão, as
604 atividades desenvolvidas e a metodologia das metas estabelecidas para contratação local. Solicitou
605 que a CTEI analise os relatórios da Renova sobre as contratações locais, avaliando as metas, com
606 prioridade, para possivelmente ser pautado na reunião do CIF de dezembro. A representante da Casa
607 Civil solicitou que o planejamento das contratações e a evolução das contratações, com a origem das
608 empresas e o valor dos contratos, também estejam disponíveis no relatório. Registra-se o seguinte
609 encaminhamento: a Renova apresentará relatório na próxima reunião do CIF acerca das contratações
610 locais, de fornecedores de bens e prestadores de serviços, seguindo o padrão da NTs nº 09 e 19 da
611 CTEI, especificando o município local ou vizinho, a microrregião, mesorregião, e o Estado contíguo,
612 para auditoria da EY e análise da CTEI. A SECEX/MG deverá ser avisada das próximas contratações
613 para articulação com os municípios. Adiante na pauta, o coordenador da CT-ECL informou que o
614 Programa de Educação Ambiental está em andamento, com realização de reunião no Parque Estadual
615 do Rio Doce. A próxima etapa será um *workshop* para reunião de gestores públicos e especialistas na
616 área de educação ambiental, programado para o início de dezembro, provavelmente, em Governador
617 Valadares, com convite estendido à CT-IPCT para apresentação das interfaces do tema. No dia sete
618 de novembro serão discutidas as bases do Programa de Apoio à Cultura, Lazer e Turismo, com
619 expectativa de envio ao CIF até dezembro, para execução no início do ano de 2018. Em relação ao
620 Programa de Preservação da Memória Artístico e Cultural, a CT-ECL solicitará relatório detalhado
621 das ações desenvolvidas pela Renova para que a EY inicie o trabalho relativo aos indicadores,
622 ressaltando a pendência acerca do inventário dos bens imateriais. Após os últimos ajustes do TR,



623 serão publicizados os locais cujos bens serão inventariados e preservados. Passando ao item da pauta
624 referente à proposta de deliberação embasada pela NT sobre o impacto à educação no município de
625 Mariana, o coordenador da CT-ECL informou que a Prefeitura de Mariana solicitou apoio da
626 Fundação Renova para continuidade da execução do programa municipal de educação integral, em
627 razão da queda de arrecadação e a importância do programa para a sociedade. Conforme justificativa
628 exposta na NT nº 02, a CT-ECL propõe o acolhimento da demanda, enquanto medida reparatória,
629 para que a Fundação Renova realize a contratação de monitores em número suficiente, a ser
630 demonstrado pela Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de atendimento desse
631 programa enquanto perdurar a dificuldade financeira do Município. Todavia a CT-ECL julga
632 pertinente o posicionamento da CTEI para a análise financeira da questão, adiando-se a deliberação
633 sobre o assunto. A Presidente do CIF sugeriu que também seja realizada análise jurídica sobre a
634 proposta, para verificação em qual dos programas do TTAC a iniciativa estaria contemplada. O
635 coordenador da CT-ECL destacou que o Programa Recuperação de Escolas e Reintegração à
636 Comunidade Escolar permite essa ação, ressaltando o prazo curto para início das ações até o próximo
637 ano letivo. A CT-ECL e a CTEI analisarão a proposta em conjunto e apresentarão proposta de
638 deliberação na próxima reunião do CIF. A representante da Casa Civil questionou o custo global do
639 projeto e o investimento total da Renova. O Prefeito de Mariana informou que seria em torno trezentos
640 e cinquenta mil reais por mês. A Presidente do CIF solicitou que o custo do investimento pela Renova
641 seja analisado pela CTEI. Seguindo a pauta, o coordenador da CT-INFRA informou sobre reunião
642 realizada no dia seis de outubro para atualização dos andamentos das atividades relativas ao
643 reassentamento, com a presença do MPMG, da Renova, da SECIR, da SEMAD, da CT-INFRA, das
644 comissões dos atingidos das três comunidades, Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, e das
645 respectivas assessorias técnicas. Com relação à primeira, houve a atualização do cronograma de
646 atividades, devido aos aspectos formais envolvidos e a estruturação do projeto da maquete, cujas duas
647 propostas foram apresentadas à CT-INFRA e encaminhadas à SECIR e à SEMAD, que elaboraram
648 NTs e encaminharam à Renova para a construção das maquetes, as quais serão apresentadas em
649 oficinas para a comunidade na primeira quinzena de novembro. As oficinas serão organizadas e
650 conduzidas pela própria comissão dos atingidos e a assembleia foi agendada para o dia dois de
651 dezembro. Quanto à Paracatu de Baixo, informou sobre a realização de visita técnica com a
652 participação da SECIR e SEMAD na semana anterior, além de assembleia com os moradores,
653 Fundação e grupo técnico do Ministério Público. Sobre Gesteira, foi definido prazo de sessenta dias
654 para a Renova apresentar os estudos ambientais para o reassentamento, o qual se expira no dia cinco
655 de dezembro. Após os estudos, a CT-INFRA fará visita técnica nos mesmos moldes das outras
656 comunidades. Relatou que a comunidade de Gesteira reclamou acerca do rodízio dos funcionários da
657 equipe da Renova, o que prejudica o andamento das atividades. Além disso, também relatou
658 problemas ligados ao cadastro e ao recebimento do auxílio, bem como de saúde mental. Esses casos
659 serão relatados à CTOS e a CT-Saúde, para providências. Acerca da UHE Risoleta Neves, foram
660 reportados problemas relativos às atividades da Bacia 1, em APP na Fazenda Floresta, e à dragagem
661 a jusante da usina, o que pode acarretar em atrasos no cronograma, com previsão de início do
662 enchimento do reservatório para agosto de 2018. Na sequência, informou que a EY apresentou o
663 primeiro relatório de asseguarção das infraestruturas para a CT-INFRA e para a Fundação, e que na
664 próxima reunião ordinária da CT a Renova deve apresentar a proposta de indicadores para o programa
665 relativo a UHE Risoleta Neves. A coordenadora da CT-CPDCS solicitou relato do coordenador da
666 CT-INFRA sobre a reunião do dia dezoito de novembro que não ocorreu em Mariana entre a
667 respectivas câmaras técnicas, para tratar sobre o reassentamento de Bento Rodrigues. O coordenador
668 esclareceu que a secretaria contratada pela Fundação para auxiliar a comissão dos atingidos não
669 convidou os mesmos, apesar de ter confirmado o recebimento do convite. Na mesma data, também
670 houve audiência sobre o cadastro em Mariana. Solicitou à Renova para checar essa situação da
671 secretaria e requereu mudanças de estratégia de convocação de reunião com a sociedade, evitando-se
672 problemas dessa natureza. Acerca da saúde mental da população, a representante da SEAMA
673 mencionou o programa de assistência social da CTOS, com assessoria da Cáritas, sugerindo
674 realização de consultas para parcerias entre a Prefeitura e o Governo de Minas Gerais, e CTOS e CT-

675 INFRA, promovendo a mudança das pessoas para o novo núcleo urbano de Gesteira, com nova
676 percepção de pertencimento. O representante da Renova informou a operação da primeira turbina da
677 UHE Risoleta Neves está prevista outubro de 2018. A representante da SEMAD advertiu que, após
678 reuniões técnicas, foi constatado ser ineficaz a realização da limpeza e dragagem à jusante do
679 reservatório da UHE durante o período chuvoso, visto que a Renova apresentou proposta de depositar
680 o material dragado nas margens do rio Doce, procedimento considerado inadequado pela equipe da
681 SEMAD. Ambas as equipes técnicas elaborarão novas estratégias para os trabalhos após o período
682 chuvoso. No que se refere à Fazenda Floresta, relatou dificuldades no fechamento da minuta do TAC
683 a ser assinado sobre a intervenção em APP, visto que a Fundação não cumpriu demandas jurídicas
684 tratadas pela AGE/MG, sobre a garantia financeira e a finalidade das intervenções, destacando que o
685 primeiro documento enviado pela Renova foi reprovado. Informou que a AGE se dispôs a flexibilizar
686 as exigências, desde que a Fundação apresente maiores justificativas. O Prefeito de Rio Doce
687 informou que o município concedeu autorização precária para as obras na Fazenda Floresta e que será
688 concedido o alvará definitivo, excluindo-se a Bacia 1. A coordenadora da CT-SHQA informou que
689 convocará reunião entre o Consórcio Candonga, a ONS e a ANA, para esclarecimentos sobre a
690 operação de reservatórios da UHE Risoleta Neves. Item seguinte da pauta, a representante da CT-IPCT
691 fez breves informes sobre a reunião realizada no dia três de outubro, realizada no interior do
692 território quilombola de Degredo, que originou demandas para que a Fundação considere as
693 singularidades acerca do número de pessoas de cada núcleo familiar, para efeitos do pagamento do
694 Auxílio Financeiro Emergencial. Também foram discutidas maneiras para mitigação de impactos
695 relativos ao pagamento dos auxílios retroativos na comunidade. Outro ponto abordado pela
696 representante da CT-IPCT foi a migração de pessoas de Pontal do Ipiranga para Degredo, devido às
697 dificuldades de serem cadastradas naquele distrito contemplado na Deliberação nº 58, trazendo
698 dificuldades estruturais para a Comissão dos impactados do quilombo, as quais vem sofrendo
699 ameaças. As negativas de cadastro em Pontal do Ipiranga foram registradas na ata apresentada à
700 CTOS. A CT-IPCT solicitará reunião com a Fundação e a DPU para esclarecimento das demandas
701 sociais da comunidade de Degredo e articulará junto à CT-CPDCS para construção de cartilha
702 informativa, em material didático, sobre os direitos dos impactados. Também informou que a
703 Fundação Cultural Palmares entrou em contato com a consultoria contratada pela Renova para
704 levantamento das demandas sociais e apresentação de plano de médio e longo prazo para estruturação
705 das propostas relativas às dúvidas sobre os cartões do auxílio, núcleos familiares e qualidade de água.
706 A representante da CT-IPCT informou sobre reunião com a Renova cuja pauta versou sobre a questão
707 dos pescadores tradicionais, ressaltando que a CT considera os pescadores incluídos na categoria de
708 comunidades tradicionais, cuja discussão transpõe o pagamento de indenizações. Listou diversos
709 encaminhamentos, dentre eles, reunião conjunta entre a CTOS, CTEI e CT-IPCT para alinhamento
710 das responsabilidades relativas aos pescadores, faisqueiros e garimpeiros artesanais. Também será
711 enviado ofício à CT-CPDCS solicitando participação em visita técnica ao Pontal do Ipiranga, com a
712 SEGOV e a FCP, para levantamento de informações sobre a migração de pessoas à Degredo. Outro
713 ponto mencionado foi a denúncia feita pela sociedade e apresentada pela DPE/ES sobre a qualidade
714 de água, a qual será encaminhada à CT-SHQA, uma vez que as comunidades da região vêm
715 comprando água mineral. A representante da SEAMA mencionou a estratégia adotada pelo Governo
716 do ES, através da SETADES em articulação com as secretarias municipais de assistência social, para
717 fortalecimento da capilaridade da gestão pública, sugerindo que a CT-IPCT procure a Prefeitura de
718 Linhares/ES para tratativas, inclusive para integrar a CT como membro. A representante da CT-IPCT
719 informou que no dia 25 de novembro haverá reunião em Linhares para tratar essas demandas
720 apresentadas e ressaltou que a CT-IPCT está aberta às sugestões dos membros das demais CTs para
721 melhoria dos trabalhos. A representante da Casa Civil opinou pela participação da CTOS nas
722 discussões sobre esse tema e mencionou a Comissão Nacional de Povos e Comunidades tradicionais,
723 do MDS, componente da CT-IPCT que participou dos debates sobre o cadastro de impactados na
724 CTOS, reiterando o convite para que a CT-IPCT também participe das reuniões relativas ao cadastro
725 dos pescadores e demais assuntos correlatos. A Presidente do CIF destacou a transversalidade dos
726 trabalhos da CT-IPCT, sugerindo a articulação com as demais CTs para aumentar a participação do



727 público envolvido. O representante da Renova fez breves explicações sobre os motivos da migração
728 da população de Pontal do Ipiranga e mencionou números de cadastrados na região. Foi sugerida
729 elaboração de Plano de Ação Integrado em Pontal do Ipiranga. As doze horas e trinta minutos a
730 reunião foi **suspensa para o almoço**, sendo retomada às quatorze horas. Penúltimo item da pauta, a
731 coordenadora da CT-CPDCS fez breve informes gerais sobre os assuntos tratados na reunião
732 intercâmaras, realizada na ANA, no dia 17 de outubro, detalhando os principais pontos abordados e
733 enaltecendo a definição do escopo para atuação da CT, conforme NT nº 3/2017/CTCPDCS/CIF.
734 Destacou a Cláusula 60 do TTAC, referente à população direta e indiretamente impactada e o acesso
735 à informação ampla, transparente, completa e pública, em linguagem acessível, adequada e
736 compreensível a todos os interessados, como condição necessária à participação social esclarecida,
737 que norteia os conceitos e nomeia a CT. A Coordenadora da CT-SHQA registrou a importância da
738 leitura da NT citada, para o melhor entendimento da participação social e comunicação no âmbito da
739 CT-CPDCS. Nessa NT, foi proposta a criação de uma Assessoria de Comunicação do CIF, fora da
740 CT. A Presidente do CIF sugeriu a possibilidade da SECOM da Presidência da República assumir a
741 incumbência acerca da ASCOM/CIF, solicitando que a coordenadora da CT-CPDCS, enquanto
742 Diretora da SEGOV/PR, organize reunião futura para que a SECOM indique jornalista para auxiliar
743 nos trabalhos da CT, inclusive para participar da elaboração de cartilhas do CIF voltadas para as
744 comunidades. Registra-se que as informações relativas ao CIF serão mantidas no *site* do Ibama e
745 também haverá publicações de informações sobre o CIF no *site* da ANA. Adiante, o banco de dados
746 foi mencionado como fundamental para fiel cumprimento Deliberação nº 105, com recomendações
747 para aprimoramento e expansão dos canais de comunicação disponibilizados pela Fundação Renova,
748 visando o acesso à informação enquanto direito fundamental. Em continuidade, a coordenadora da
749 CT-CPDCS passou a informar sobre a reunião realizada em Belo Horizonte, onde os assuntos
750 relativos à NT nº 03 foram amplamente debatidos, bem como a maneira de se trabalhar as informações
751 relativas à qualidade da água para consumo humano, às indenizações e os respectivos plano de
752 comunicação para a população. Em seguida, tratou sobre a ausência dos indicados do Governo de
753 MG nas reuniões da CT, solicitando a participação mais efetiva desse Estado, por meio da Secretaria
754 de Direitos Humanos. Mencionou a preocupação com a notícia do risco de rompimento de barragem
755 Casa Pedra em Congonhas/MG. A representante da SEMAD sugeriu que a CT-CPDCS elabore
756 estratégias e mecanismos para trabalho conjunto com os demais coordenadores das CTs e membros
757 CIF, para utilização de linguagem de comunicação mais direta com o cidadão comum. Também
758 sugeriu a criação do Boletim do CIF, com linguagem acessível, para divulgação à população em geral,
759 nos moldes do Informativo Rio Doce, ampliado. Foi destacada a ausência de informações sobre as
760 ações governamentais no *site* da Renova. A coordenadora da CT-CPDCS sugeriu que a atuação da
761 CT poderia ocorrer sob demanda das outras CTs, mas a Presidente do CIF cobrou proatividade dessa
762 CT. A representante da SEAMA solicitou reunião para maior proximidade dos coordenadores de CTs
763 entre as reuniões do CIF, para dialogarem sobre os programas e as estratégias de comunicação,
764 participação, controle social e gestão. O Secretário-Executivo do CIF sugeriu que, no calendário de
765 reuniões do CIF de 2018, também sejam agendadas as reuniões intercâmaras para o próximo ano.
766 Também sugeriu que o Boletim do CIF seja divulgado mensalmente, após as reuniões ordinárias do
767 CIF, contendo os principais encaminhamentos registrados em ata e o resumo das deliberações. Último
768 item da pauta, o representante da Renova apresentou o balanço de investimentos totais em medidas
769 compensatórias, as quais visam contrabalançar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos
770 do rompimento da barragem e melhorar as condições socioambientais e socioeconômicas das áreas
771 impactadas. Discorreu sobre os valores a serem dispendidos para a execução dos Programas do
772 TTAC, ressaltando que os programas de recuperação das APPs e de saneamento e resíduos sólidos
773 possuem verbas específicas, e os valores das demais medidas não estão estabelecidos no TTAC, as
774 quais totalizam o montante de 2,5 bilhões de reais. Adiante, apresentou as estimativas atuais de custos
775 e os valores já empreendidos, e destacou que o saldo a ser alocado representa 72% da verba total,
776 ressaltando que as estimativas são preliminares e dependem da conclusão da definição dos programas,
777 evolução da maturidade e premissas, além dos processos de contratação. Na sequência, mencionou
778 as principais entregas com execução financeira dos programas. Sobre o PIM e a indenização ao dano

779 da água, projetou o demonstrativo de 240 mil pessoas atendidas, 236 mil propostas aceitas e 148 mil
780 benefícios pagos, totalizando cerca de 146 milhões de reais em valores creditados. Ao final,
781 mencionou as ações em andamento relacionadas a custos dos programas, dentre elas, a intensificação
782 das discussões para definição dos programas, para geração dos escopos, indicadores, prazos e
783 orçamentos. O Prefeito de Rio Doce sugeriu planejamento integrado para melhor definição de quais
784 serão essas ações compensatórias. O representante da Renova pleiteou a oportunidade de
785 apresentação de propostas por parte dos municípios, referente às linhas de ações para divisão de
786 recursos provindos das medidas compensatórias. Dúvidas e esclarecimentos. O NAF deverá definir
787 metas para atuação no acompanhamento orçamentário e financeiro dos gastos da Fundação com as
788 medidas compensatórias. A Presidente do CIF agradeceu a presença de todos. A 19ª Reunião
789 Ordinária do CIF se encerrou às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de outubro de
790 2017.

